

A CRISE DA UNIVERSIDADE: uma análise da política de educação superior

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹
Nivânia Menezes Amâncio²
Anita Pedrosa Pontes³

RESUMO

Pretendemos analisar a contrarreforma da educação superior, dando ênfase na mistificação da política de Educação Superior como mecanismos de democratização da educação superior. O método de análise da pesquisa é o materialismo histórico-dialético, por compreendermos ser o método que se propõe em analisar e superar o capitalismo. Constatamos, que os ajustes estruturais, do receituário do BM, fez com que os governos Cardoso, Lula da Silva e de Dilma Rousseff (em curso) realizassem um processo de privatização sem precedentes. Com isso, a educação superior não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital em procura de novas fontes de extração de mais-valia.

Palavras-chave: Crise da universidade. Estado. Banco Mundial. governos PT.

ABSTRACT

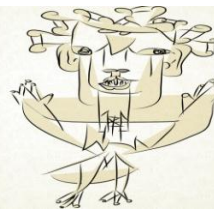
We intend to analyze the Counter-Reformation of higher education, with emphasis on the mystification of higher education policy as mechanisms for democratization of higher education. The research method of analysis is the historical and dialectical materialism, by understanding be the method that aims to analyze and overcome capitalism. We note that the structural adjustments, the prescription of the World Bank, made the Cardoso government, Lula and Dilma Rousseff (ongoing) perform an unprecedented privatization process. Thus, higher education could not escape the destructive character of the capital in search of new sources of surplus value extraction.

Keywords: University Crisis. State. World Bank. PT governments.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: alisson_slider@hotmail.com

² Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC).



INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos analisar a contrarreforma do Estado e da educação superior no governo Lula (2003-2010), fazendo um contraponto com o governo FHC (1995-2002), enfocando a mistificação da política de Educação Superior como mecanismos de democratização do acesso a educação superior. Ainda, buscaremos expor as políticas implementadas no curso dos governos PT, não deixando de fora o PNE (2014-2024) implementado no governo Dilma Rousseff (em curso).

Faremos uso enquanto método de análise, o materialismo histórico-dialético, pois nos dará subsídio para apreender os elementos que trespasam o ensino superior do Brasil, na sociedade em que rege o modo de produção capitalista, que possui como mediador o Estado, ainda, justificamos o uso deste método, por compreendermos ser o único método que se propõe em analisar e superar o atual estágio social dominado pelo sistema de mercadorias.

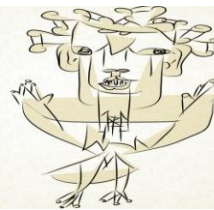
A exposição do trabalho será apresentada primeiramente abordando a dinâmica da crise que o sistema metabólico do capital vivencia desde a década de 1970, pretendemos apresentar seus atributos intrínsecos ao seu movimento de reprodução, bem como as estratégias tomadas para solucionar sua atual fase de declínio; ademais, iremos empreender uma análise acerca do Estado dentro de uma perspectiva crítica, que historicamente, o Estado foi constituído enquanto elemento de defesa dos anseios da burguesia, dando vistas também aos desdobramentos das políticas de educação superior implementadas no Brasil. Desta forma, a partir destas duas seções, será possível – ainda que rudimentar – identificar o cenário de crise da universidade brasileira, que segue o velho – mas hegemônico – padrão dependentes de educação superior.

A CRISE DO CAPITAL E SUA NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO

O capital acarreta em sua reprodução uma expansão fora de controle, em função dos mecanismos de acumulação, que conduzem o sistema a crises recorrentes. As crises do sistema produtor de mercadorias têm como atributos serem crises de superprodução, de acordo com a análise desenvolvida por Marx e Engels (2009, p. 33).

[...] as crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução.

Todavia, a crise atual (que surgira na década de 1970) expõe predicados diferenciados dos que a precederam, sendo identificada por Mészáros (2002) como crise



estrutural do capital e aciona os limites civilizatórios do sistema sociometabólico do capital, reforçando, assim, seu caráter regressivo-destrutivo.

A partir de uma análise da história acerca dessa crise são identificadas características particulares: “caráter universal; alcance global; temporalidade permanente (escala de tempo extensa); e modo de desdobramento rastejante” (Ibidem, p. 796). Os desdobramentos da crise se concretizam na expropriação incessante dos recursos naturais, na remoção de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas, como possibilidade de recompor as taxas de lucro do capital (ANTUNES, 2009).

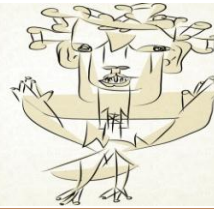
A crise de acumulação do capital é verificada como componente característico do capitalismo, que tentou diversos mecanismos para tentar superá-la ou amenizá-la: a procura de áreas novas de expropriação que engendre lucros e da intensificação da exploração da força de trabalho.

Os capitalistas organizam meios para tentar retomar as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado. No cenário da produção tende a uma transição do taylorismo/fordismo, que alcançou aceitação global com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização flexível e de produção por demanda), iniciado nas fábricas japonesas.

No cenário das contrarreformas, a crise movimenta o ideário do capital a procurarem a efetivação das políticas neoliberais, assim realizando mudanças na configuração do Estado. O fundamental da lógica neoliberal é verificado, por Anderson, como: “disciplina orçamentária, limitação dos gastos sociais, e reparo de uma chamada taxa natural de desemprego, fomentando a expropriação dos trabalhadores doravante o engrossamento das fileiras do exército de reserva” (ANDERSON, 1995, p. 11), indicados como saídas para a crise.

De uma crise estrutural da acumulação capitalista tenta-se encobrir como uma crise causada pelo aumento dos gastos sociais do Estado. Inclusive culpabilizando os sindicatos por promoverem lutas por aumentos salariais e por outros direitos trabalhistas. (NISHIMURA, 2014, p. 50).

No cenário de crise da economia internacional da década de 1970, fruto da superprodução de mercadorias; baixos percentuais de investimento e queda da taxa de lucro, os postulados do Estado do Bem-Estar Social foram severamente criticados, como também os direitos sociais foram objeto de intenso ataque, pois foram responsabilizados pela estagflação. O ideário que consubstanciou o ataque da burguesia internacional aos direitos sociais e aos sindicatos ficou conhecido como neoliberalismo. Vale destacar que o neoliberalismo foi à resposta do capital diante da crise para recuperar suas margens de lucro e relançar a economia num novo processo de acumulação. Daí o surgimento das



chamadas “reformas”⁴ do Estado, que visam desobstruir o caminho para o mercado (LIMA, 2012).

O ESTADO E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

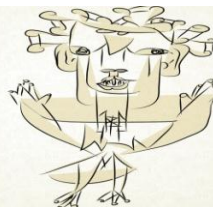
O Estado capitalista advém de extensas mudanças efetivadas por meio da história. Partindo de uma concepção de Estado como mediador da educação e da sociedade, Peres (2008) denota com precisão que o Estado, ao ser constituído e fomentado pela classe hegemônica. Contudo, o Estado não é nenhuma entidade neutra entre as diversas classes. “A relativa autonomia do Estado frente aos interesses das diferentes classes sociais apenas obscurece a sua íntima relação com a reprodução geral do capita”. (COSTA, 2006, p.55).

Com isso, a alienação do Estado (Marx, 1996, p. 373) articulado ao sistema capitalista de produção, a partir lógica neoliberal, faz uso da afirmação do mercado como modo soberano da regulação dos antagonismos sociais, (Coutinho, 2008, p.66) expõe a falta de interesse da classe hegemônica ao aglomerado de direitos sociais ou apenas de garanti-los e expandi-los. Todavia, pode-se notar o processo retrogrado no que concerne os direitos trabalhistas e sociais, assim como alega Soares (2010). Portanto, isto se trata de uma evidência que não interessa garantir direito por parte da burguesia, pois só ambicionam a busca desenfreada pelo valor, ou seja, a procura não extingüível pelo lucro.

Para Mészáros (2010, p. 261), o Estado se trata de um pré-requisito imprescindível para a operacionalidade inabalável do sistema metabólico de capital, em “seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente”.

Pensar a Educação Superior é premente meditar sobre a função do Estado calcado por essa racionalidade, já que o Estado realiza a função de regulação e supervisão da educação pública. Portanto, revelar o que está oculto no sistema educacional, baseado na chamada democratização da educação brasileira, com uma crucial expansão de vagas por meio de políticas para o acesso no ensino superior. Neste prisma de reparo do capital (Pino, 2010), o qual o projeto neoliberal, corroborado pela retórica pós-moderna, provoca uma evidente cultura reacionário, da qual o movimento ideológico possui o objetivo de alçar a extração de mais-valia. Sendo assim, é nesse cenário que conhecemos a situação da política educacional, que “estabelece uma certa sintonia com as políticas econômicas, não obstante guardar uma dinâmica de disputas e lutas muito próprias”. (Idem, p.66).

⁴ No artigo, usaremos os termos “reformas” e contrarreformas para afirmar que na realidade foram realizadas contrarreformas pois efetivaram a retirada de direitos sociais e não sua ampliação.



Assim, no que tange as políticas de educação, é crível perceber a força determinante do Estado neoliberal com a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB, em seu escopo, art. 7º, corrobora o princípio constitucional que possibilita o repasse de investimentos públicos para as instituições sem fins lucrativos: comunitárias, confessionais e filantrópicas. Com os desdobramentos que se deram a partir deste momento, provocou-se no cenário da educação superior, o aumento considerável das matrículas, bem como da quantidade de instituições no setor privado⁵.

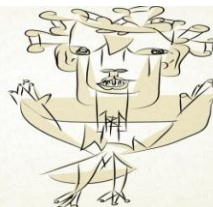
Durante os governos de Cardoso (1995-2002), tal expansão foi possível, de acordo com Castro (2006), por vários aspectos, por duas legislações peculiares — os decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/01⁶ que efetivaram a diversificação das instituições de ensino superior (IES) — acompanhando o padrão orientado pelo Banco Mundial. Estas medidas foram defendidas na LDB e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001.

Boito Jr. (2005) alega que o governo Lula da Silva (2003-2010), fez mais do que somente dar continuação à dinâmica neoliberal. O autor defende que esse governo “está construindo uma nova versão do modelo capitalista neoliberal” (p. 48) frente à inserção de um duplo movimento: o primeiro produz transformações na política econômica e, no outro lado, expandem-se rigorosamente os programas sociais assistencialistas, focalizados para as camadas mais desfavorecidas da classe trabalhadora, como alívio da pobreza. Elencamos como modelos de políticas sociais focalizadas e compensatórias, realçamos o programa Bolsa Família, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (Proeja). Ao passo em que assegura que isso não mudará as condições do padrão dependente do capitalismo do Brasil, o autor afere ao governo Lula a designação de “governo social-liberal” ou “terceira via da periferia” em virtude de eles terem produzido a expansão formidável de políticas focalistas e compensatórias que, assim, têm contribuído para engodar e dominar o movimento sindical e social.

A contrarreforma do ensino superior realizada pelo governo Lula, teve início com a organização do Grupo de Trabalho Interministerial a partir do decreto de 20 de outubro de 2003, que previa que o Grupo precisasse estudar e arquitetar um plano enfatizando mudanças estruturais nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2003).

⁵ Embora, os dados indiquem que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de expansão da educação superior tenha contado com forte participação do setor privado, não houve mudança de rota nos governos Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).

⁶ O primeiro decreto foi invalidado pelo segundo e este pelo decreto nº 5.773/06, que reorganiza as IES em faculdades, centros universitários e universidades.



O Grupo de Trabalho Interministerial publicou nesse mesmo ano, o documento com o título “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003) que apregoa o um possível agravamento da crise financeira das universidades públicas do Brasil. Entre as opções denotadas pelo documento, é focado na procura por outras fontes de investimentos, ampliação dos cursos por meio da EaD e a expansão das vagas que, para Neves e Martins (2004), o que se oculta é o aumento insustentável da relação aluno-professor.

Nos governos de Lula, a política de expansão expõe diferenciações e continuidades. Conforme Monte, Guimarães e Farias (2013),

[...] a diferenciação se deu por três políticas: aprovação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), via Medida Provisória Nº 213, de 10 de setembro de 2004, regulamentado pelo Decreto Nº 5. 245, de 15 de outubro de 2004, posteriormente convertido na Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e regulado pelo Decreto Nº 5.493, de 18 de julho de 2005; liberação de oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de Educação a Distância (EaD), expresso no Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o qual regulamenta o artigo 80 da LDB (que trata da EaD); aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. (p. 37).

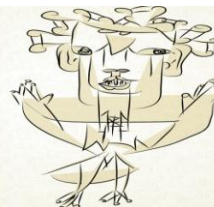
A política educacional dos governos PT para as IFES apresenta a proposta de “serviços educacionais” pela a iniciativa privada e a remoção da responsabilidade do Estado de garantir direitos, ficando à seu encargo somente tratar da supervisão das instituições públicas. O PL 7.200/06, de Lula da Silva é uma evidencia clara deste processo.

A disputa pelo crescente mercado da educação tem atingido destaque em escala global. No Brasil, consoante a análise de Leher (2003), o mercado educacional obteve investida especialmente nos anos 1990 com a promulgação da atual LDB que além de determinar a propagação e a diversificação das IES, dando possibilidade de criar instituições que rompesse com o modelo europeu calcado na articulação ensino-pesquisa-extensão, restringindo-se somente ao ensino.

Como alega Leher, os empresários da educação superior têm cada vez mais, ao longo dos últimos anos, estreitado suas relações com o governo procurando garantir suas aspirações, investindo em diversas frentes. Como observa o autor (2003, p. 89),

Dessas interconexões entre empresários e governos, resultaram: falta de controle público sobre mensalidades; isenções tributárias, inclusive da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento), para todas as instituições “sem fins lucrativos” [...]; empréstimos a juros subsidiados, via BNDES [...]; renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma economia de até 30% da folha de pagamento; e, ainda, os repasses diretos de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do Fies.

Os meios tomados já no primeiro mandato do Governo Lula para alastrar o ensino superior, expõem a opção pela ampliação do ensino privado, dando seguimento à tendência de progressivo favorecimento do setor. Entre as medidas adotadas neste sentido, destacamos o PROUNI que permite a transferência de vultuosos recursos públicos para as



IES privadas por meio da renúncia fiscal que, inclusive, contraria o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, que proíbe a aplicação de recursos públicos em instituições com fins lucrativos. Todavia, demasiadas foram as políticas implementadas que fragilizaram a educação brasileira, daremos foco somente para a educação superior, levando em consideração os limites deste trabalho.

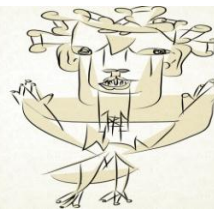
O PROUNI é protegido por seus propositores enquanto a mais democrática das ações do governo Lula, pois realiza duas funções ideológicas cruciais: referir à democratização da educação superior e camuflar que as maiores ambições e beneficiados são as Instituições Privadas de Ensino Superior IPES (com fins ou sem fins lucrativos) que a ele aprovarem sua adesão, ao passo em que à elas é garantido isenções fiscais.

Sobre o Sinaes, sua finalidade camuflada é convencionar a educação superior brasileira às cobranças de avaliação implantadas nos documentos provindos dos organismos internacionais, de uma grande tendência do cunho quantitativo e competitivo. Supostamente, um instigador do crescimento da qualidade de cursos e fiscalizador dos estabelecimentos privados, o Sinaes serviria, na verdade, para reprimir as IES a se moldarem ao modelo que está sendo implantado.

Já a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), para Trópia (2009), esta lei é

[...] difundida como democrática e positiva por estimular a arrecadação de novos recursos, acaba incentivando a criação de nichos privilegiados que recebem recursos para seus grupos, mas não para a universidade pública que cede espaço físico, laboratórios, equipamentos (o investimento mais oneroso) e os próprios pesquisadores. Um aspecto que chama a atenção é a possibilidade de pagamento dos pesquisadores civis e militares pelo seu envolvimento em projetos patrocinados pela Lei – o que garante o recebimento de recursos para os grupos de pesquisa que despertem o interesse das grandes empresas por meio dos Fundos Setoriais, mas não para a Universidade, e que mina, ainda mais nestas áreas, os laços de solidariedade trabalhista e profissional. Em uma conjuntura de desregulamentação dos direitos trabalhistas e de contenção salarial, para cientistas das áreas tecnológicas, a Lei atrai pelo seu apelo financeiro (renda extra) e ideológico, na medida em que converte o docente em “empreendedor” e “empresário”, cujo capital é, diga-se de passagem, o patrimônio público. Além disso, são previsíveis as consequências para as áreas de pesquisa básica e nas ciências sociais e humanas – que são atrativas apenas quando rebaixadas ao patamar da produção meramente ideológica. (p. 75).

Trata-se, portanto, de mais uma medida que institucionaliza o controle do mercado sobre a pesquisa científica, bem como a privatização da pesquisa universitária. As Parcerias Público-Privadas instituíram “normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”. Criadas para toda a administração pública direta e indireta, os contratos de parceria reservam ao Estado a função de distribuidor e pagador, enquanto ao parceiro privado (nacional ou internacional) cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto. A educação a distância, embora aluda, em conjunto com a Lei das Parcerias Público-Privadas, à democratização do ensino superior, visa consolidar a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro.



No primeiro ano do segundo mandato, o governo Lula intensificou o processo de mudanças no ensino superior, consagrando a visão mercantil, utilitarista e regressiva. Mercantil porque consagra a visão da educação como uma mercadoria; utilitarista pois tão somente voltada para o mercado de trabalho e para a empregabilidade; regressiva pois significa um retrocesso em termos científicos e culturais para a educação e a cultura brasileiras – aumentando a dependência cultural e científica do país relativamente aos países centrais. (Idem, p. 76).

A publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a instituição do REUNI, a Universidade Aberta, da Universidade Nova contemplam um conglomerado de medidas direcionadas ao desmonte do modelo de universidade pública brasileira e sua modificação por diversos modelos de formação superior.

O PDE, lançado em abril de 2007, é um conglomerado de 28 ações. Entre elas, as mais polêmicas dizem respeito às IFES, bem como a formação de professores. O aspecto mais preocupante da ação referente às IFES não está vinculada a proposta de duplicação da quantidade de vagas. Pois, se trata de uma medida relevante e democrática. Todavia, ela vem seguida de um conglomerado de pré-condições, como por exemplo, a reformulação dos currículos dos cursos, como também o arrefecimento do custo por aluno. Isto é, as Universidades que aprovassem a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teriam adicionais financeiros desde que aderissem o preocupante modelo de ensino superior flexível. Vale destacar, também, outra ação que preocupa o contexto universitário, pois se trata da contratação de professor equivalente.

Flexibilização curricular e trabalhista, racionalização de recursos e ensino a distância como forma de democratização do acesso e de formação de professores são também os pressupostos que vêm sendo difundidos para a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI, da Universidade Aberta, do Banco de professores-equivalentes, bem como a proposta de implantação da Universidade Nova. (Ibidem).

Mediante Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, o governo Lula instituiu o REUNI, o qual têm como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” Sua meta é “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (Brasil, 2007). Além desta meta, cuja hipótese é a redução dos gastos públicos, através do aumento do número de conclusão de cursos dos alunos, como também o aumento do número na relação aluno/professor, o decreto, ainda tem como meta a reformulação dos cursos de graduação. Encontra-se nas diretrizes do REUNI a diversificação das modalidades de graduação, que estão em conformidade com a proposta de Universidade Nova, em completo acordo com o processo de Bolonha, no que tange uma internacionalização da educação superior, o que exprime formas que engendram um formato de imperialismo acadêmico.



Doravante o exposto, dando atenção para as políticas implementadas pelo governo Dilma Rousseff, damos ênfase ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei Nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014), orientados pelo Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010). São traçadas 20 metas e uma série de estratégias para a educação brasileira nos próximos 10 anos. Uma análise meticulosa evidencia que este PNE busca sistematizar os principais projetos educacionais implementados desde 2004 pelo governo Lula da Silva. Analisando a referida lei é possível evidenciar um movimento que dá seguimento, bem como aprofunda os eixos basilares da política de Educação vigente no período 2003-2013. Esse movimento se dá, entre outros, em relação à expansão da oferta educacional mediante uso das parcerias público-privadas (PPP) na Educação, bem como de incorporação do REUNI a partir da meta 12, que pretende uma elevação da taxa de matrículas no ensino superior para 33%. Dessa forma, essas políticas deixam de ser medidas de governo e passam a ser política de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação dos ajustes estruturais, do receituário do BM, fez com que os governos Cardoso, Lula da Silva e de Dilma Rousseff (em curso) realizassem um processo de privatização que acarretou a uma desnacionalização sem precedentes na história global. Essa política antinacional se solidifica de muitas faces, assim como Medusa, que possuía várias serpentes na cabeça: desmonte da economia nacional, adaptação passiva do país à sua posição na divisão internacional do trabalho, bem como no mercado financeiro, no campo da educação superior, a eliminação do padrão humboldtiana e a potencialização da mercantilização desse direito social.

A educação não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital em procura de novas fontes de extração de mais-valia. A classe hegemônica pressiona de maneira crescente os governos neoliberais, principalmente a burguesia de serviços, buscando garantir os recursos públicos para ampliação de sua política privatista de ensino superior. O PNE (2014-2024) está empenhado nesta lógica, já que em uma gama de projetos (PROUNI, FIES, EaD, SINAES, REUNI) que contribuem para uma expansão que favorece especificamente o setor mercantilista da educação, presenteando-lhes com isenções de impostos, certificação em larga escala, e tornando-o um dos mais lucrativos setores do país. O cenário da educação superior se trata de um grande colapso, uma verdadeira crise corrosiva da universidade.

REFERÊNCIAS



BOITO JUNIO, A. **O governo Lula e a reforma do neoliberalismo.** Revista da Adusp, São Paulo. V. 34, p. 06-11, 2005. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a01.pdf>> Acesso em 01/03/2009. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm. Acesso em 16/02/2007. Acesso em: 22 fev. 2015.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2006.

GUIMARÃES, A. R. ; MONTE, E. D. ; FARIAS, L. M. . O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho docente. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 52, p. 34-45, 2013.

LEHER, R. **Para silenciar os campi.** Educação & Sociedade (Impresso), São Paulo, Campinas, v. 25, n.88, p. 867-892, 2004.

MARTINS, André Silva & NEVES, Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Tomo 1, Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MESZAROS, I. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2010.

PERES, C. A. EDUCAÇÃO SUPERIOR E SOCIEDADE: A MEDIAÇÃO DO ESTADO A SERVIÇO DO MERCADO. In Estado, Educação e Sociedade Capitalista / organização de Isaura Monica Souza Zanardini, Paulino José Orso. — Cascavel : Edunioeste, 2008. 249 pp.

PINO, M. D. Políticas Educacionais , emprego e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, CLACSO 2010.

SOARES, M. **As políticas de geração de emprego e renda no Brasil: o arcaico reatualizado.** In Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

TRÓPIA, P. V. **O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula.** Revista Iberoamericana de Educación, v. 49, p. 1, 2009.

VII Jornada Internacional Políticas Públicas

25-28
2015

Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS



PARA ALÉM
DA CRISE
GLOBAL:
EXPERIÊNCIAS E
ANTECIPAÇÕES
CONCRETAS

